

“Eu preciso do feminismo porque...”

Rodrigo Medina Zagni

Há certo tempo, estava no elevador de uma universidade quando adentraram dois jovens, muito provavelmente alunos, de cuja conversa passei a ser compulsoriamente ouvinte. Falavam sobre alguém e, em dado momento, um deles lhe dirigiu a seguinte crítica: “Não acho que ela seja feminina, gosto de mulheres que agem como mulheres!”

Do que se trataria “mulheres que agem como mulheres”? É evidente: de mulheres que aceitassem (invariavelmente pela violência – expressa ou velada) aquilo que historicamente inscreve a identidade de gênero feminina na sociedade brasileira, resultado de processos de construção social, plasmados no plano da cultura e das práticas sociais e que reduzem identidades complexas a repertórios de práticas e valores que expressam o que é “ser feminina”, como equivalente notório de condutas de submissão e de dependência em relação ao gênero masculino, historicamente opressor.

Eu explico porque a conversa me incomodou, sobretudo, por ter sido travada dentro do ambiente universitário. Evidentemente as instituições de ensino superior não estão apartadas da sociedade; portanto, como microcosmo da realidade, a universidade tende a reproduzir em seus ambientes problemas sociais e violências cotidianas. Mas como alguém criado num meio machista, sexista, homofóbico, racista e cortado pelo ódio de classe; sou testemunha viva do que pode realizar, com consciências e condutas, o poder avassalador da educação. Estou me referindo a uma educação que forme humanisticamente indivíduos capazes de ver o outro e de respeitar suas diferenças. Uma educação igualitária, emancipadora, libertária e verdadeiramente humanística tem o poder avassalador da transformação, formando indivíduos de tal forma plenos que se tornem capazes de identificar, em si mesmos, atos de reprodução dos tantos valores intolerantes que constituem nossos edifícios culturais e que sequer são percebidos, porquanto a intolerância tenha se tornado signo da normalidade.

Digo isso porque, há alguns dias, novos fatos voltaram a me preocupar, primordialmente porque ocorreram numa instituição pública de ensino superior – a Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN/Unifesp) - em Osasco; fatos que me movem a manifestar solidariedade ao movimento “EPPEN Feminista”, vítima de atos que devem nos encaminhar à reflexão crítica a fim de pensar que modelo de universidade queremos e que ambiente estamos construindo.

Tratando-se de uma unidade de ensino que se encontra ainda em sua “primeira idade” (seus primeiros

cursos foram instituídos em 2011), apenas recentemente o alunado reuniu condições e massa crítica para a organização de seus primeiros núcleos de luta estudantil, mas que já inclui as importantíssimas pautas do movimento negro, do movimento LGBTs e do movimento feminista, resultando deste a organização do movimento “EPPEN Feminista” que, há poucos dias, fez sua primeira intervenção no campus.

De um dia para o outro, os ambientes da EPPEN foram tomados por cartazes com frases que começavam todas da mesma forma: “Eu preciso do feminismo porque...” O intuito era esclarecedor, tinha a tarefa de chamar a consciência dos leitores para a existência das brutais violências de gênero e para as muitas violências diluídas nas pequenezas do cotidiano, para as quais não damos a atenção devida.

Apesar das demonstrações de apoio, a misoginia machista que se manifestou logo em seguida - na forma da destruição, furto e pichação de muitos desses cartazes - revelou algo problemático: as práticas de reprodução da opressão sexista num ambiente cujos objetivos mais elementares são vilipendiados.

Para aqueles que julgam o ataque sem importância, estão muito longe de compreender sua dimensão simbólica e em que montante de violências se insere. Essa cegueira crônica é resultado do próprio processo de humanização que nos constitui no plano da cultura, logo, de nossas identidades projetivo-sociais.



De diversas formas aprendemos a ser violentos, reproduzindo violências cristalizadas como tradição e para as quais nos tornamos incapazes, durante muito tempo ou por toda a vida, de percebê-las como tal. É o que ocorre no simples ato de, ao término de uma refeição, ainda à mesa, os pais ordenarem que a menina auxilie a mãe a retirar e a lavar os pratos, em frente ao menino que a tudo assiste. Papéis sociais, construídos em relações de opressão, são dessa e de tantas outras formas perpetuados de maneira brutalmente desigual, pela família, pela religião, pela propaganda, pela cultura de massa e por tantos poderes que produzem, como resultado, a aceitação cultural da violência contra a mulher.

Com relação à sexualidade, as diferenças são ainda mais gritantes na medida em que aos homens toda

liberdade é concedida - desde que se trate de liberdades heterossexuais numa sociedade violentamente homofóbica -, e o próprio exercício delas designa sua condição de virilidade; enquanto à mulher as mesmas liberdades são vedadas, do que resulta sua condição moral “adequada”, enquanto aquelas que ousam reivindicar ou exercer a liberdade de fazer de seu corpo o que melhor lhes convier, recai a pecha da promiscuidade.

Mas isso para dizer apenas da dimensão simbólica desses atos de violência, pois quanto ao montante de violências nas quais se inserem, os dados são muitíssimo graves! Muitas são as formas de violência contra a mulher, desde atos simbólicos (como os aqui descritos), agressões verbais, abuso emocional, cárcere privado, violência sexual, agressões físicas, mutilações e, no extremo, o óbito.

Basta saber que na sua expressão máxima, o feminicídio, o IPEA registrou, de 2001 a 2011, mais de 50 mil casos, numa média de cinco mil mortes por ano, em sua maioria resultado de violência doméstica. Segundo o relatório “Violência contra a mulher”, a média é de 5.664 mortes de mulheres a cada ano, 472 por mês, 15,52 a cada dia e uma a cada uma hora e meia. Os números vêm rendendo ao Brasil o 7º lugar no ranking de países que registram este tipo de conduta.

Com relação à violência sexual, a pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres” demonstrou que 26% dos entrevistados acreditam que a culpa seja das próprias mulheres violentadas, por usarem roupas que “mostrem o corpo”!

Mulheres culpadas por terem sido violentadas? Mulheres inseguras principalmente dentro de suas próprias casas, a mercê da violência de seus parceiros ou ex-parceiros?

Não progredimos absolutamente nada para a promoção da igualdade de gênero; pelo contrário, regredimos! A “Lei Maria da Penha”, caso emblemático por ter sido considerada um avanço em termos de legislação, não promoveu nenhuma alteração, praticamente, nos índices de violência doméstica. De acordo com o “Mapa da Violência” (Instituto Sangari), de 1980 a 2010 o número de óbitos por feminicídio subiu de 1.353 para 4.297, ou seja, triplicou! Isso porque as leis brasileiras não são capazes de proteger as mulheres de toda sorte de violências, chegando à cifra de cinco mulheres espancadas a cada dois minutos no país, de acordo com o relatório “Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado” (FPA/SESC), de 2010.

De acordo com o Banco Mundial, no mundo todo, mulheres de 15 a 44 anos correm risco maior de serem estupradas ou vítimas de violência doméstica do que de contraírem câncer, malária, morrerem em guerras ou acidentes de trânsito.

O apoio de todos é fundamental para que essas e outras lutas se fortaleçam na universidade, a fim de que possamos construir um ambiente de respeito à diversidade, pré-condição para que a universidade almeje seu objetivo maior: a transformação da realidade social.

Outra forma de dizer que a luta pela emancipação de todos os gêneros, raças e classes, no ambiente da nossa escola, é tarefa obrigatória para que a universidade seja instrumento da reversão desses quadros de intolerância vigentes na sociedade.

Rodrigo Medina Zagni é docente do Curso de Relações Internacionais – Campus Osasco